

# Ventos Brasil Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A.

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2024**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações do resultado</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações do resultado abrangente</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas as demonstrações financeira</b>	<b>11</b>



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300  
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota  
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil  
Telefone +55 (85) 3457-9500  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Administradores da  
Ventos Brasil Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A.  
Fortaleza - CE**

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos Brasil Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos Brasil Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional**

Chamamos a atenção para a Nota 1.1 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia incorre no prejuízo de R\$ 245 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e, conforme balanço patrimonial nessa data, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo em R\$ 24.421 mil. Conforme apresentado na Nota 1.1 Continuidade operacional, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na Nota 1.1, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

## **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 23 de abril de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC CE-003141/F-5

  
Renan Melo de Oliveira

Contador CRC 023259/O-4

## Ventos Brasil Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A.

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	2024	2023	Passivo	Nota	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.084	1.934	Fornecedores a pagar		6.507	2.663
Depósitos vinculados	5	1.915	693	Empréstimos e financiamentos	12	10.249	9.933
Contas a receber	6	3.945	4.036	Encargos tributários e trabalhistas		463	221
Impostos a recuperar		555	2	Imposto de renda e contribuição social		-	513
Despesas antecipadas	7	938	878	Arrendamentos a pagar	11	323	531
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>10.437</b>	<b>7.543</b>	Ressarcimento de energia a pagar	13	17.315	10.458
				Outras contas a pagar		1	-
<b>Realizável a longo prazo</b>				<b>Total do passivo circulante</b>		<b>34.858</b>	<b>24.319</b>
Outros ativos		9	9	Encargos tributários e trabalhistas		1.219	1.219
Depósitos vinculados	5	22.253	21.667	Empréstimos e financiamentos	12	61.867	69.698
Depósitos judiciais	8	32.135	22.046	Arrendamentos a pagar	11	4.579	7.233
Impostos diferidos	21	108	1.272	Ressarcimento de energia a pagar	13	4.895	12.503
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>54.505</b>	<b>44.994</b>	Outros passivos	8	6.107	-
				Provisão para contingências	25	279	256
Imobilizado	10	98.572	94.620	Provisão para desmobilização	14	-	1.707
Direito de uso - Arrendamentos	11	3.445	6.628	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>78.946</b>	<b>92.616</b>
Intangível		392	442	<b>Patrimônio líquido</b>	15		
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>156.914</b>	<b>146.684</b>	Capital social		76.999	60.499
				Prejuízos acumulados		(23.452)	(23.207)
<b>Total do ativo</b>		<b>167.351</b>	<b>154.227</b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>53.547</b>	<b>37.292</b>
				<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>167.351</b>	<b>154.227</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Ventos Brasil Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A.

## Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
Receita operacional líquida	16	29.945	32.005
Custo da energia produzida	17	<u>(32.988)</u>	<u>(33.521)</u>
<b>Prejuízo bruto</b>		<b>(3.043)</b>	<b>(1.516)</b>
Despesas gerais e administrativas	18	(1.461)	(891)
Outras (despesas) receitas operacionais	19	<u>(1.014)</u>	<u>5</u>
<b>Resultado antes do resultado financeiro e impostos</b>		<b>(5.518)</b>	<b>(2.402)</b>
Receitas financeiras		9.393	2.718
Despesas financeiras		<u>(4.228)</u>	<u>(4.670)</u>
<b>Resultado financeiro</b>	20	<b>5.165</b>	<b>(1.952)</b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>(353)</b>	<b>(4.354)</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	21	-	(2.159)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	<u>108</u>	<u>239</u>
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b><u>(245)</u></b>	<b><u>(6.274)</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Ventos Brasil Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A.

## Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

*(Em milhares de Reais)*

	2024	2023
Prejuízo do exercício	(245)	(6.274)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Resultado abrangente total</b>	<b><u>(245)</u></b>	<b><u>(6.274)</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Ventos Brasil Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

*(Em milhares de Reais)*

	<b>Capital social</b>	<b>Prejuízos acumulados</b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2023</b>	<b>54.999</b>	<b>(16.933)</b>	<b>38.066</b>
Aumento de capital	5.500	-	5.500
Prejuízo do exercício	-	(6.274)	(6.274)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>60.499</b>	<b>(23.207)</b>	<b>37.292</b>
Aumento de capital	16.500	-	16.500
Prejuízo do exercício	-	(245)	(245)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>76.999</b>	<b>(23.452)</b>	<b>53.547</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Ventos Brasil Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		(353)	(4.354)
Ajustes por:			
Depreciação	10	5.283	5.296
Amortização direito de uso de arrendamentos	11	359	510
Amortização intangível	17	50	50
Apropriação de juros com direito de uso de arrendamentos	11	513	695
Rendimento de aplicação financeira de depósitos vinculados	19	(2.229)	(2.619)
Juros provisionados sobre empréstimos e financiamentos	12	2.767	3.108
Baixa de imobilizado	10	960	-
Baixa de depósitos judiciais		474	-
(Reversão) Atualização provisão para desmobilização	19	(1.707)	77
Constituição de provisão para contingências		23	21
Amortização custos de captação empréstimos	12	121	119
Reversão (Provisão) de impostos diferidos	21	1.272	(284)
Baixa de arrendamentos, líquida	11	(65)	(52)
Provisão para ressarcimento de energia	13	14.877	14.401
		22.345	16.968
Variações nos ativos e passivos, circulante e não circulantes			
Contas a receber		91	(134)
Despesas antecipadas		(60)	(100)
Depósitos judiciais		(10.563)	(2.426)
Impostos a recuperar		(553)	-
Depósito vinculado		421	344
Fornecedores a pagar		3.844	1.101
Outras contas a pagar		6.108	(1)
Encargos tributários e trabalhistas		242	(2)
Imposto de renda e contribuição social a pagar		105	-
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>		<u>21.980</u>	<u>15.750</u>
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(618)	(2.162)
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	12	(2.659)	(2.970)
Pagamento de juros de arrendamentos	11	(16)	(24)
Pagamento de ressarcimento de energia	13	(15.628)	(6.496)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<u>3.059</u>	<u>4.098</u>
<b>Fluxo de caixa de atividades de investimento</b>			
Aquisição de imobilizado	10	(10.195)	(216)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>		<u>(10.195)</u>	<u>(216)</u>
<b>Fluxo de caixa de atividades de financiamento</b>			
Aporte de capital	15	16.500	5.500
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	12	(7.744)	(7.286)
Pagamento de arrendamentos - principal	11	(470)	(575)
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento</b>		<u>8.286</u>	<u>(2.361)</u>
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>		<u><u>1.150</u></u>	<u><u>1.521</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.934	413
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		<u>3.084</u>	<u>1.934</u>
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>		<u><u>1.150</u></u>	<u><u>1.521</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

### 1 Contexto operacional

A Ventos Brasil Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Fortaleza - CE, constituída em 02 de outubro de 2007 e tem por objetivo atuar na implantação, operação e comercialização da energia elétrica produzida pela Central Geradora Eólica Paracuru (“EOL Dunas de Paracuru”), localizada no Município de Paracuru, no Ceará, com potência instalada de 42 MW.

A Companhia foi contemplada no 2º. Leilão de Energia de Reserva (Edital No. 003/2009 – ANEEL – “LER” 03/2009) e autorizada a se estabelecer como produtora independente de energia elétrica por meio da portaria MME nº. 657/2010, de 23 de julho de 2010. Em decorrência desta autorização, firmou Contrato de Energia de Reserva (“CER”) com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, na data de 16 de dezembro de 2010, em que se compromete a produzir 19 MWméd, por um período de 20 anos.

Em 24 de dezembro de 2012, foi publicado o Despacho SFG/ANEEL nº 4.106/2012, que liberou a EOL Dunas de Paracuru para início de operação comercial a partir de 22/12/2012 com potência instalada de 42 MW.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia registrou caixa líquido operacional positivo, o que resulta na apuração de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) acima dos exigidos pelos bancos financiadores.

#### a. Capacidade produtiva

A Companhia possui 1 (uma) usina geradora de energia eólica, situada no município de Paracuru, no Estado do Ceará, constituída de 21 (vinte e uma) unidades geradoras de 2 MW, totalizando a potência instalada de 42 MW e de garantia física do contrato 19,7 MW médios.

Central Geradora Eólica	Localização	Aerogeradores (Unidade)	Garantia física (MW)	Energia Vendida (MW)
EOL DUNAS DE PARACURU	Paracuru-CE	21	19,7	16,66

#### 1.1 Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no valor de R\$ 24.421 (em 31 dezembro de 2023, o capital circulante líquido negativo era de R\$ 16.776), e prejuízo do exercício de R\$ 245 (em 31 de dezembro de 2023, R\$ 6.274) principalmente em decorrência do saldo de Ressarcimento de energia a pagar, conforme contrato de energia CER (Nota 13), empréstimos e financiamentos (Nota 12) e ao saldo de fornecedores a pagar.

Adicionalmente a Companhia possui saldo de contas vinculadas aos empréstimos e financiamentos de R\$ 22.253 (2023 R\$ 21.667) mantidos no ativo não circulante (Nota 5). Em casos de insuficiência de saldo para pagamento da dívida na conta centralizadora, a Companhia possui autorização para utilizar o saldo da conta de reservas especiais para cobrir os pagamentos. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possui saldo de R\$ 17.313 (2023: R\$ 15.378) na conta

de reserva especial (Nota 5).

A estrutura do capital do projeto, advém de recursos próprios aportados pelos Acionistas, obtenção de linhas de crédito para investimento (FAT BNDES) e (Sudene BNB).

A Companhia tem por obrigação contratual ao longo da vigência dos Contratos de Financiamentos em manter o ICSD – Índice de Cobertura dos Serviços da Dívida, no mínimo, igual ou superior a 1,30 (um inteiro e trinta centésimos) e uma apuração de Índice de Capitalização Própria (ICP) igual ou superior a 20% do investimento total do projeto, apurado através dos seus demonstrativos.

Com relação ao Capital Circulante Negativo esclarecemos que é comum nesta atividade, vez que os valores das dívidas dos Contratos de Financiamentos dos próximos doze (12) meses mais o principal e juros de dezembro estão contabilizados no passivo circulante enquanto que as receitas provenientes do Contrato CER está reconhecida apenas a parcela de dezembro do corrente ano, a receber em janeiro do ano seguinte, ficando as receitas dos próximos doze (12) meses, que serão utilizadas para quitação destas dívidas ainda não reconhecidas no ativo circulante. Portanto, a Administração entende que o Capital Circulante Negativo será revertido a médio e longo prazo com a continuidade operacional da Companhia visto que os valores irão diminuindo ao longo do período de operação do negócio.

Com relação a Operação, tem-se como meta manter a disponibilidade geral da Usina acima de 97%, mantendo a gestão de forma ativa dos contratos de O&M de Aerogeradores e de BOP firmados, atuando de forma direta célere nos tempos de parada, manter a eficiência dos equipamentos e a gestão dos estoques de peças e sobressalentes, visando otimizar os resultados.

A Administração vem trabalhando com ações de planejamento para curto prazo, como Waiver no valor de R\$ 7.000 liberado pelo BNDES para aplicação nos pagamentos e contratos necessários ao Projeto, além da conclusão das negociações para a alteração do Contrato de O&M do Aerogerador em escopo completo, que exime a Companhia de maiores responsabilidades e custos anteriormente vigentes, imputando-os agora à Fornecedora. Ademais, o aditivo ainda apresenta termos e condições mais vantajosas para a Companhia, tanto em aspectos técnicos quanto comerciais, conferindo maior celeridade aos procedimentos de recuperação e manutenção de equipamentos por parte da Fornecedora.

Adicionalmente foram realizados aportes de capital no montante de R\$ 16.500 em 2024, e que tais esforços irão manter a Companhia em um patamar de rentabilidade e segurança financeira no médio e longo prazo.

## 1.2 Resolução normativa

A Companhia foi autorizada a se estabelecer como produtor independente de energia elétrica mediante a implantação e a exploração da Central Geradora Eólica EOL Dunas de Paracuru, com potência instalada de 42 MW/h. O prazo de autorização é de 35 anos, contados a partir da publicação da respectiva Resolução, podendo ser prorrogada a critério da ANEEL ou a pedido da autorizada. Abaixo, detalhes da Resolução concedida pela ANEEL:

Usina	Resolução ANEEL	Data da publicação
EOL Dunas de Paracuru	Portaria 657, de 22 de julho de 2010	23 de julho de 2010
EOL Dunas de Paracuru	Resolução Autorizativa 3.679, de 25 de Setembro de 2012	26 de setembro de 2012

### 1.3 Contrato de Energia de Reserva (CER)

O contrato de venda de energia - CER 51/2009 foi firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) em 16 de dezembro de 2010, por um prazo de 20 anos a contar da data planejada da operação comercial, nas seguintes condições:

Usina	Quantidade GWh/ano	Preço R\$/MWh Dezembro/2012	Início da operação comercial	Final da operação comercial
EOL Dunas de Paracuru	166,44	149,96	Dez/2012	Jun/2032

O preço acima é reajustado anualmente pela variação do IPCA, sempre no mês de julho, respeitado o prazo mínimo de 12 meses, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente a realização do leilão.

Dessa forma, a partir janeiro de 2013, a Companhia passou a faturar um valor fixo, mensal, correspondente ao valor definido em contrato. Eventuais diferenças entre o valor recebido e o valor de energia efetivamente gerada serão compensadas financeiramente. Os critérios de apuração são definidos contratualmente, mediante um limite de tolerância entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, temos as seguintes condições:

EOL Dunas de Paracuru	2024	2023
Quantidade GWh/contratado ano	137,22	146,34
Quantidade GWh/gerado ano	102,43	109,38
Preço R\$/MWh	344,96	330,97

A conta de energia é apurada a cada doze meses pela diferença entre a energia gerada e a energia contratada. O saldo dessa conta é apurado anualmente e quadrienalmente, e observará as margens de 10% abaixo da energia contratada e 30% acima da energia contratada, apurados ao final que cada período.

Os desvios positivos ou negativos são reconhecidos no ativo ou no passivo, respectivamente, mediante aplicação dos preços e penalidades descritas no contrato de venda de energia. O ano de suprimento considerado para cálculo da conta de energia é de julho a junho e os ressarcimentos são realizados em doze ou vinte e quatro meses, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pela Companhia à CCEE, obedecendo aos limites contratuais de faixa de tolerância.

### 1.4 Administração

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria.

A Diretoria é composta por um diretor administrativo-financeiro e um diretor técnico, eleitos pelo Conselho de Administração.

## 2 Base de preparação

### a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As demonstrações foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes, principalmente de empréstimos bancários e de ressarcimento de energia a pagar, conforme detalhado na nota explicativa 1.1 – Continuidade operacional.

A Companhia reconheceu um prejuízo líquido no exercício de R\$ 245 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e, nesta data, o passivo circulante excede o passivo circulante em R\$ 24.421.

A administração também está buscando captações alternativas de recursos, como novos empréstimos e financiamentos junto aos bancos financiadores do projeto e manutenção da geração de energia para operar acima de 97% de sua capacidade penalizações no ressarcimento de energia.

Esses eventos e condições podem indicar a existência de uma incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto a continuidade operacional da Companhia. Se a Companhia não tiver condição de continuar operando no curso normal de seus negócios, então, podem existir impactos na capacidade da entidade cumprir com certas obrigações pelos valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 23 de abril de 2025.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

#### **b. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### **c. Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

#### ***Julgamentos***

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa 3.11-** arrendamento: determinação se um contrato contém um arrendamento operacional.

#### ***Incertezas sobre premissas e estimativas***

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa 10** - critérios para definição de vida útil do imobilizado: premissas sobre o período que os ativos irão gerar receita para a Companhia;
- **Nota Explicativa 11** - critérios para definição de taxa de desconto de contratos de arrendamento;
- **Nota Explicativa 14 e 25** - reconhecimento e mensuração de provisões: principais premissas sobre a probabilidade e a magnitude das saídas de recursos; e
- **Nota Explicativa 13 e 16** – reconhecimento de receita: expectativa de devolução.

#### ***Mensuração do valor justo***

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- a) Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- b) Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- c) Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

#### **d. Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto os instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado que são mensurados pelo valor justo a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais.

### **3 Políticas contábeis materiais**

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

#### **3.1 Benefícios a empregados**

A Companhia possui benefícios de curto prazo onde as obrigações são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado desde que a Companhia tenha uma obrigação presente legal de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e essa obrigação possa ser estimada com confiabilidade.

#### **3.2 Receita operacional**

A Companhia reconhece a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica considerando o montante do MWh gerado e fornecido valorizados ao preço contratado.

O ativo é reconhecido conforme parcela fixa a receber mediante as cláusulas do contrato firmado com o único cliente da Companhia (ver Nota 1.3). A variação da energia gerada nos percentuais acima ou abaixo do referido contrato são consideradas como ativos, caso a geração seja superior aos MWh contratados, ou passivos, caso a geração seja inferior aos MWh contratados, em contraparte da receita no resultado.

### **3.3 Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem receitas de juros, despesas de juros e variações monetárias ativas e passivas. As receitas e despesas de juros são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

### **3.4 Imposto de renda e contribuição social**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia foi optante pela tributação no regime de lucro real. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia foi optante pela tributação no regime de lucro presumido.

Na sistemática do lucro real, é realizada a apuração do lucro tributável partindo do resultado contábil apurado, ajustado de adições e exclusões permitidas pela legislação fiscal. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Na sistemática do lucro presumido, o resultado para fins de IRPJ e CSLL da Companhia é calculado aplicando-se sobre a receita apurada as alíquotas definidas para essa atividade, que são de 8% e 12%, respectivamente. Sobre o resultado presumido foram aplicadas as alíquotas de imposto de renda e contribuição social vigentes na data do encerramento de cada exercício (15% mais adicional de 10% para lucros superiores a R\$ 240 anuais para IRPJ, e 9% para CSLL).

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado.

#### ***Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente***

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

#### ***Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido***

As despesas de impostos diferidos são calculados com base nos ajustes fiscais temporários levantados mediante a apuração do lucro real. A Companhia não apurou impostos diferidos sobre base de prejuízos fiscais ou sobre base de cálculo negativa de contribuição social.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

### 3.5 Imobilizado

#### (i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

#### (ii) *Depreciação*

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento.

As taxas de depreciação do ativo imobilizado estão apresentadas na nota explicativa nº 10.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

#### (iii) *Custos subsequentes*

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

#### (iv) *Provisão para desmobilização*

A Companhia assumiu obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamentos do terreno onde o empreendimento eólico está localizado. A provisão foi reconhecida do início da operação do parque e foi mensurada a seu valor justo, sendo revisada periodicamente. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados pelo prazo de concessão do parque eólico.

### 3.6 Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

### 3.7 Instrumentos financeiros

#### (i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo,

acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) **Classificação e mensuração subsequente**

**Ativos financeiros**

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR. A Companhia não possui ativo financeiro mensurado ao VJORA.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios, cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e,
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e,
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. O objetivo do modelo de negócios da entidade não é baseado nas intenções da administração com relação a um instrumento individual, e sim determinado em um nível mais alto de agregação. A avaliação precisa refletir o modo como uma

entidade administra seus negócios ou negócio. Uma única entidade pode ter mais de um modelo de negócios para administrar seus instrumentos financeiros.

#### *Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas*

##### **Ativos financeiros a custo amortizado**

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

##### **Ativos financeiros a VJR**

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

##### **Passivos financeiros**

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

#### **(iii) Desreconhecimento**

##### *Ativos financeiros*

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

##### *Passivos financeiros*

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

#### **(iv) Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### **3.8 Redução ao valor recuperável (*impairment*)**

(i) *Ativos financeiros não derivativos*

*Instrumentos financeiros*

Quando aplicável, a Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*), decorrentes de fatores macroeconômicos.

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).
- O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

*Mensuração das perdas de crédito esperadas*

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

*Ativos financeiros com problemas de recuperação*

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência;
- reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;

- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

*Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial*

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

**Baixa**

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

**(ii) Ativos não-financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

### **3.9 Capital social**

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32/IAS 12.

### **3.10 Distribuição de dividendos**

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados.

### **3.11 Arrendamentos**

No início do contrato, a Companhia determina se ele é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

No início ou na reavaliação sobre se um contrato contém um arrendamento, a Companhia separa os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daqueles referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo de cada elemento. Se a Companhia conclui, para um arrendamento financeiro, que é impraticável separar os pagamentos de forma confiável, então o ativo e o passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo; subsequentemente, o passivo é reduzido quando os pagamentos são efetuados e o custo financeiro associado ao passivo é reconhecido utilizando a taxa de captação incremental da Companhia.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto e ela é determinada obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem os pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

### 3.12 Mudanças nas principais políticas contábeis

- Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com *Covenants*

A Companhia adotou a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26/IAS 1) e passivos não circulantes com *covenants* (alterações ao CPC 26/IAS 1) a partir de 1º de janeiro de 2024. As alterações se aplicam retrospectivamente. Elas esclarecem certos requisitos para determinar se um passivo deve ser classificado como circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos de empréstimos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* dentro de 12 meses após o período de relatório.

Apesar da mudança na política, não há impacto nas demonstrações comparativas, pois a Companhia não possui notas conversíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

### 3.13 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

- IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.

- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.

- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras.

- Outras Normas Contábeis  
Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:
  - Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21);
  - Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7)

#### 4 Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Bancos conta movimento	91	7
Aplicações financeiras de curto prazo (i)	2.993	1.927
	<b>3.084</b>	<b>1.934</b>

- (i) Estão representadas por aplicações em renda variável, junto ao Fundo Referenciado DI FIC, cuja rentabilidade para o exercício de 2024 foi de 10,78% (2023: 12,96%). Os prazos para resgate são imediatos, com incidência de IRRF. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Essas operações têm vencimentos

Uma análise quanto ao risco de crédito e de mercado está descrita na Nota Explicativa nº 22.

#### 5 Depósitos vinculados

	2024	2023
Conta Centralizadora (a)	1.915	693
Conta reserva serviço da dívida BNDES (b)	961	1.632
Conta reserva serviço da dívida BNB (c)	3.474	3.610
Conta reserva de O&M (d)	505	498
Conta reserva especial (e)	17.313	15.378
Conta de pagamento BNB (f)	-	549
	<b>24.168</b>	<b>22.360</b>

Circulante	1.915	693
Não circulante	22.253	21.667

Refere-se a condições estabelecidas contratualmente decorrente dos financiamentos com o BNDES e BNB, conforme apresentado abaixo:

- (a) Conta Centralizadora – aplicação financeira constituída exclusivamente para a arrecadação dos recursos decorrentes dos direitos creditórios cedidos fiduciariamente. Saldo se refere ao pagamento de amortização e juros de empréstimo do mês subsequente, sendo classificado no circulante;

- (b) Conta reserva serviço da dívida BNDES - constituída pelo saldo equivalente ao valor de três prestações mensais do serviço da dívida, vincendas, constituídas de principal, encargos e acessórios. A liberação da reserva para movimentação financeira pela Companhia somente ocorrerá quando houver a liquidação do contrato, prevista para março de 2029, classificada no não circulante;
- (c) Conta reserva serviço da dívida BNB - constituída pelo saldo equivalente ao valor da próxima prestação semestral vincenda do serviço da dívida do BNB, constituídas de principal, encargos e acessórios. A liberação da reserva para movimentação financeira pela Companhia somente ocorrerá quando houver a liquidação do contrato, prevista para maio de 2032, classificada no não circulante;
- (d) Conta Reserva O&M - constituída pelo valor necessário para perfazer o montante equivalente a 1/12 (um doze avos) do valor da maior prestação anual de pagamentos em decorrência do Contrato de O&M (contrato de operação e manutenção dos aerogeradores). A liberação da reserva para movimentação financeira pela Companhia somente ocorrerá quando houver a liquidação do contrato, prevista para maio de 2032, classificada no não circulante;
- (e) Conta Reserva Especial - constituída com recursos remanescentes advindos da Conta Centralizadora, após observada a ordem de pagamentos e transferências determinada pelo Contrato de Financiamento do BNDES e Banco do Nordeste do Brasil. A liberação da reserva para movimentação financeira pela Companhia somente ocorrerá quando houver a liquidação do contrato, prevista para maio de 2032, ou para distribuição de dividendos. Classificada no não circulante;
- (f) Conta de pagamento BNB - constituída mensalmente por recursos equivalentes ao valor correspondente a 1/6 (um sexto) da próxima prestação semestral vincenda do serviço da dívida decorrente do contrato BNB. A liberação da reserva para movimentação financeira pela Companhia somente ocorrerá quando houver a liquidação do contrato de debêntures, prevista para maio de 2032, classificada no não circulante.

## 6 Contas a receber

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Valores faturados a vencer - CCEE (i)	3.945	4.036
	<b>3.945</b>	<b>4.036</b>
	<b>3.945</b>	<b>4.036</b>

- (i) A Companhia tem direito ao recebimento da receita fixa mensal a partir do período de entrega da energia contratada, conforme descrito na Nota 1. Em 2024 houve uma redução da energia contratada da Companhia, resultante dos baixos índices de geração, que ocasionou uma redução no valor de contrato mensal.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Administração considera não ser necessária a constituição de provisão para perdas com o valor recuperável de contas a receber, pois por regra estabelecida pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), todos os títulos a receber são liquidados no mês subsequente ao fornecimento da energia. Adicionalmente, em análise retrospectiva, não se identifica perdas históricas, bem como expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis.

A Companhia não apresenta títulos vencidos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

## 7 Despesas antecipadas

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Seguros a apropriar (i)	938	878
	<b>938</b>	<b>878</b>
	<b>938</b>	<b>878</b>

- (i) Seguros apropriados conforme apólices vigentes descritas na nota 24

## 8 Depósitos judiciais

	2024	2023
Depósitos judiciais - ICMS (i)	31.552	21.029
Depósitos judiciais - outros processos (ii)	583	1.017
	<b>32.135</b>	<b>22.046</b>

Em 2024 a Companhia realizou um trabalho, junto aos assessores jurídicos, de reconciliação e atualização dos saldos de depósitos judiciais, realizando a baixa do montante de R\$ 474 de processos já encerrados e a atualização financeira total de R\$ 8.127 para depósitos relacionados a processos em andamento, sendo R\$ 6.107 classificados como outros passivos no balanço patrimonial e R\$ 2.020 como receitas financeiras na demonstração de resultados.

- (i) A Companhia efetua desde julho de 2013 depósitos judiciais referente ao ICMS incidente sobre a Tarifa de Utilização do Sistema de Distribuição (TUSD), por entender que a cobrança do imposto sobre a referida tarifa é ilegal. A ação judicial que contesta a cobrança tramita na Vara da Fazenda Pública do Estado do Ceará. A Companhia entende que a incidência do ICMS não é devida, pois, não há mudança da titularidade da mercadoria descaracterizando a cobrança do tributo sobre o TUSD. O Juiz da nona vara da Fazenda Pública prolatou sentença julgando procedente a Ação para declarar a ilegalidade da incidência do ICMS sobre a TUSD. Após isso o STF determinou a suspensão de todos os processos até que o próprio Tribunal finalize seu entendimento sobre a matéria. Conforme relatórios dos advogados da Companhia, a probabilidade de perda para esse processo é considerada remota. Em 2024 a Companhia procedeu com a atualização financeira do saldo, conforme extratos judiciais recebidos pelos assessores jurídicos, no montante de R\$ 8.087, sendo R\$ 6.107 provisionados como outros passivos no balanço patrimonial e R\$ 1.980 como receitas financeiras na demonstração de resultados. Em 31 de dezembro de 2024, o total de depósitos judiciais é dividido em R\$ 23.465 de principal e R\$ 8.087 de juros. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de R\$ 21.029 continha apenas os valores de principal registrados.
- (ii) A Companhia possui saldo de depósitos judiciais relacionados a processos cíveis, como parte autora, cujo montante de principal em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 417 e juros de R\$ 166. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía o saldo de R\$ 1.017, contidos apenas valores de principal, e realizou a reconciliação dos processos junto com os assessores jurídicos, promovendo a baixa de processos já arquivados ou com valores parcialmente julgados, no montante de R\$ 474.

## 9 Partes relacionadas

### Remuneração do pessoal chave da Administração

Os administradores da Companhia são executivos da parte relacionada Bons Ventos da Serra I S.A, por esse motivo não há registro de custo ou despesas com pessoal chave da administração.

### **a. Transação com partes relacionadas**

A Companhia possui como controlador final a Franklin Servtec Energia Fundo de Investimentos e Participações.

A Companhia possui contrato de compartilhamento de custos operacionais e despesas administrativas com a empresa Bons Ventos da Serra I também controlada integralmente pela Franklin Servtec Energia Fundo de Investimentos e Participações. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia registrou o montante de R\$ 491 (em 2023 R\$ 396) referente as despesas compartilhadas, na conta “despesas gerais e administrativas” e R\$ 701 (Em 2024 R\$ 463) referente a custos compartilhados, na conta “custo da energia produzida”.

Não há outras transações com partes relacionadas além das já mencionadas.

## 10 Imobilizado

### a. Conciliação do valor contábil

	Taxas anuais de depreciação (% a.a.)	2024			2023
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
<b>Administração</b>					
Máquinas e equipamentos	10%	24	(5)	19	18
Móveis e utensílios	10%	51	(11)	40	45
Equipamentos de informática	20%	23	(16)	7	10
Benfeitorias em imóveis de terceiros	50%	38	(38)	-	12
<b>Parque eólico</b>					
Instalações elétricas	5%	11.263	(6.143)	5.120	5.115
Máquinas e equipamentos	2,86%	3.316	(1.525)	1.791	7.785
Acessos, Obras e Instalações	2,86%	34.579	(18.221)	16.358	17.319
Sobressalentes	2,86%	349	(24)	325	286
Torres	2,86%	36.866	(13.735)	23.131	24.185
Geradores	2,86%	25.212	(11.909)	13.303	6.762
Nacelle	2,86%	39.959	(16.905)	23.054	24.113
Pás	2,86%	29.459	(14.035)	15.424	8.970
		<b>181.139</b>	<b>(82.567)</b>	<b>98.572</b>	<b>94.620</b>
<b>2023</b>					
	Taxas anuais de depreciação (% a.a.)	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
<b>Administração</b>					
Máquinas e equipamentos	10%	21	(3)	18	19
Móveis e utensílios	10%	51	(6)	45	38
Equipamentos de informática	20%	23	(13)	10	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros	50%	38	(26)	12	33
<b>Parque eólico</b>					
Instalações elétricas	5%	10.827	(5.712)	5.115	5.711
Máquinas e equipamentos	2,86%	15.057	(7.272)	7.785	8.220
Acessos, Obras e Instalações	2,86%	34.716	(17.397)	17.319	18.312
Sobressalentes	2,86%	301	(15)	286	103
Torres	2,86%	36.866	(12.681)	24.185	25.252
Geradores	2,86%	12.800	(6.038)	6.762	7.132
Nacelle	2,86%	39.881	(15.768)	24.113	25.265
Pás	2,86%	22.351	(13.381)	8.970	9.615
		<b>172.932</b>	<b>(78.312)</b>	<b>94.620</b>	<b>99.700</b>

### b. Movimentação do saldo

	2023	Adições	Baixas	Transferências (**)	Depreciação	2024
<b>Administração</b>						
Máquinas e equipamentos	18	3	-	-	(2)	19
Móveis e utensílios	45	-	-	-	(5)	40
Equipamentos de informática	10	-	-	-	(3)	7
Benfeitorias em imóveis de terceiros	12	-	-	-	(12)	-
<b>Parque eólico</b>						
Instalações elétricas (*)	5.115	646	(102)	26	(565)	5.120
Máquinas e equipamentos (*)	7.785	1.446	(501)	(6.822)	(117)	1.791

**Ventos Brasil Geração e Comercialização  
de Energia Elétrica S.A.**  
Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2024

Acessos, Obras e Instalações (*)	17.319	218	(155)	(30)	(994)	16.358
Sobressalentes	286	52	(6)	2	(9)	325
Torres	24.185	-	-	-	(1.054)	23.131
Geradores	6.762	581	(168)	6.824	(696)	13.303
Nacelle	24.113	93	(9)	-	(1.143)	23.054
Pás	8.970	7.156	(19)	-	(683)	15.424
	<b>94.620</b>	<b>10.195</b>	<b>(960)</b>	<b>-</b>	<b>(5.283)</b>	<b>98.572</b>

(\*) Com a finalidade de estimar os custos de desmobilização da Usina Eólica de propriedade da Companhia, a mesma contratou uma empresa terceirizada que apresentou um laudo técnico, precisando o custo de desmobilização da Usina Eólica. Na data de início da operação do parque, os custos com desmobilização foram contabilizados de forma proporcional aos grupos de operação. Em 2024 a Companhia realizou novo laudo de avaliação para desmobilização do parque, que apresentou resultado positivo na operação, sendo as receitas auferidas na venda de partes e peças e de sucatas superiores aos custos. Dessa maneira, a Companhia providenciou a baixa dos ativos e passivos provisionados, resultando em uma reversão líquida de ativos, na demonstração de resultados, de R\$ 670, apresentada como outras (despesas) receitas operacionais.

(\*\*) Em 2024, a Companhia contratou um serviço especializado de mapeamento e componentização dos ativos instalados no Parque Eólico. Conforme o laudo recebido, a Companhia realizou a reclassificação dos itens entre os grupos. O trabalho contratado não incluiu revisão de vidas úteis, portanto não houve alteração nas taxas de depreciação.

	2022	Adições	Depreciação	2023
<b><u>Administração</u></b>				
Máquinas e equipamentos	19	1	(2)	18
Móveis e utensílios	38	11	(4)	45
Equipamentos de informática	-	12	(2)	10
Benfeitorias em imóveis de terceiros	33	-	(21)	12
<b><u>Parque eólico</u></b>				
Instalações elétricas	5.711	-	(596)	5.115
Máquinas e equipamentos	8.220	-	(435)	7.785
Acessos, Obras e Instalações	18.312	-	(993)	17.319
Sobressalentes	103	192	(9)	286
Torres	25.252	-	(1.067)	24.185
Geradores	7.132	-	(370)	6.762
Nacelle	25.265	-	(1.152)	24.113
Pás	9.615	-	(645)	8.970
	<b>99.700</b>	<b>216</b>	<b>(5.296)</b>	<b>94.620</b>

A Companhia revisa periodicamente a vida útil econômica estimada do seu ativo imobilizado para fins de cálculo da depreciação, bem como para determinar o valor residual dos itens do imobilizado.

A Companhia cedeu, como garantia aos empréstimos e financiamentos, máquinas e equipamentos relativo ao projeto, adquiridos, montados ou construídos também com recursos do contrato de financiamento, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 12.

## 11 Arrendamentos

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 3.11, a Companhia possui um contrato de arrendamento do terreno onde está instalado o parque eólico. O contrato tem duração até 2042, com opção de renovação do arrendamento após este período. Os pagamentos de arrendamento são reajustados anualmente, conforme índice de reajuste do contrato de energia (Nota Explicativa nº 1.3).

Para esse contrato, a Companhia reconheceu o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado, adicionalmente, a Companhia reconheceu no resultado a depreciação dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base nas taxas incrementais de empréstimos da Companhia de 6,82% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento.

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

Anualmente, a Companhia realiza a revisão da projeção dos pagamentos futuros, sendo o impacto contabilizado no ativo de direito de uso.

### **Movimentação do ativo de arrendamento**

<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>9.903</b>
Remensuração (a)	(2.765)
Despesa de amortização do exercício	(510)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>6.628</b>
Remensuração (a)	(2.824)
Despesa de amortização do exercício	(359)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>3.445</b>

(a) Remensuração gerada pela revisão das projeções dos pagamentos futuros.

### **Movimentação do passivo de arrendamento**

<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>10.485</b>
Baixas		(52)
Remensuração (a)		(2.765)
Juros apropriados no resultado		695
Pagamento de principal		(575)
Pagamento de juros		(24)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>7.764</b>
Baixas		(65)
Remensuração (a)		(2.824)
Juros apropriados no resultado		513
Pagamento de principal		(470)
Pagamento de juros		(16)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>4.902</b>
	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Circulante	323	531
Não circulante	4.579	7.233
	4.902	7.764

(a) Remensuração gerada pela revisão das projeções dos pagamentos futuros.

## Impactos no resultado do exercício

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Baixas de passivos	65	52
Amortização direito de uso de arrendamentos	(359)	(510)
Despesas financeiras	<u>(513)</u>	<u>(695)</u>
<b>Total - impacto na despesa líquida</b>	<u><b>(807)</b></u>	<u><b>(1.153)</b></u>

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o escalonamento dos vencimentos é como segue:

Vencimento	2024			2023		
	Juros	Principal	Líquido	Juros	Principal	Líquido
Até 1 ano	(12)	335	323	(19)	550	531
De 1 a 2 anos	(12)	352	340	(20)	572	552
De 2 a 3 anos	(13)	369	356	(21)	594	573
De 3 a 4 anos	(14)	388	374	(22)	617	595
De 4 a 5 anos	(14)	407	393	(23)	641	618
Acima de 5 anos	<u>(3.995)</u>	<u>7.111</u>	<u>3.116</u>	<u>(6.563)</u>	<u>11.458</u>	<u>4.895</u>
<b>Total</b>	<u><b>(4.060)</b></u>	<u><b>8.962</b></u>	<u><b>4.902</b></u>	<u><b>(6.668)</b></u>	<u><b>14.432</b></u>	<u><b>7.764</b></u>

## 12 Empréstimos e financiamentos

### (a) Composição do saldo

	Juros	Vencimentos	2024	2023
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	TJLP + 2,02% a.a	15/03/2029	11.609	14.193
(-) Custos de captação			<u>(403)</u>	<u>(498)</u>
			11.206	13.695
BNB – Banco do Nordeste	2,5% a.a	29/05/2032	61.098	66.150
(-) Custos de captação			<u>(188)</u>	<u>(214)</u>
			60.910	65.936
<b>Total</b>			<u><b>72.116</b></u>	<u><b>79.631</b></u>
Circulante			10.249	9.933
Não circulante			61.867	69.698

### (b) Movimentação

	<b>BNDES</b>	<b>BNB</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<u><b>16.136</b></u>	<u><b>70.524</b></u>	<u><b>86.660</b></u>
Amortização de principal	(2.683)	(4.603)	(7.286)

Juros pagos	(1.219)	(1.751)	(2.970)
Amortização dos custos de captação	94	25	119
Juros reconhecidos no resultado do exercício	<u>1.367</u>	<u>1.741</u>	<u>3.108</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b><u>13.695</u></b>	<b><u>65.936</u></b>	<b><u>79.631</u></b>
Amortização de principal	(2.703)	(5.041)	(7.744)
Juros pagos	(1.022)	(1.637)	(2.659)
Amortização dos custos de captação	95	26	121
Juros reconhecidos no resultado do exercício	1.141	1.626	2.767
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b><u>11.206</u></b>	<b><u>60.910</u></b>	<b><u>72.116</u></b>

### **Cláusulas restritivas (covenants)**

A Companhia deverá manter anualmente, durante toda a vigência dos contratos de empréstimos junto ao BNDES e BNB, Índice de Cobertura de Serviço de Dívida (ICSD) igual ou superior a 1,30, no mínimo. Ademais, outras obrigações a serem cumpridas pela Companhia estão relacionadas diretamente com as operações comerciais, financeiras e societárias, tais como, mas não se limitando, a adimplência financeira, manutenção de garantias e das certidões públicas. O não cumprimento de tais cláusulas restritivas pode culminar em vencimento antecipado das parcelas.

#### **(c) Garantias**

Em 09 de novembro de 2017, foi firmado o Contrato de Compartilhamento de Garantias e outras Avenças nº 12.2.1185.7 entre BNB – Banco do Nordeste do Brasil e BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social relativo ao Projeto da Central Eólica da Companhia. O instrumento compartilha um conjunto de garantias por meio dos Instrumentos Acessórios como Contrato de Penhor de Ações, Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Contrato de Constituição de Propriedade Fiduciária Conjunta, Contrato de Penhor de Direitos Creditórios e Contratos de Penhor de Direitos Emergentes, tendo suas obrigações garantidas e compartilhadas.

#### **(d) Cronograma de pagamento**

As parcelas possuem a seguinte composição:

	<u>31/12/2024</u>		<u>31/12/2023</u>	
	<b>BNDES</b>	<b>BNB</b>	<b>BNDES</b>	<b>BNB</b>
<b>Vencimentos</b>				
Em um ano	2.637	7.612	2.609	7.051
De um a dois anos	3.284	7.179	4.883	5.016
Acima de dois anos	<u>5.285</u>	<u>46.119</u>	<u>6.203</u>	<u>58.457</u>
Total	11.206	60.910	13.695	70.524

## **13 Ressarcimento de energia a pagar**

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Ressarcimento CCEE – Apuração ano suprimento 2022-2023 (a)	-	7.389
Ressarcimento CCEE – Apuração ano suprimento 2023-2024 (b)	16.477	15.572
Ressarcimento CCEE – Apuração ano suprimento 2024-2025 (c)	<u>5.733</u>	-
	<b><u>22.210</u></b>	<b><u>22.961</u></b>
Circulante	17.315	10.458
Não circulante	4.895	12.503

- (a) Refere-se ao ressarcimento da apuração de energia do ano de suprimento compreendido entre julho de 2022 a junho de 2023. A liquidação dos valores teve início em setembro de 2023 e foi concluída em agosto de 2024.
- (b) Refere-se ao ressarcimento da apuração de energia do ano de suprimento compreendido entre de julho de 2023 a junho de 2024. Este ressarcimento também marcou o encerramento do quadriênio iniciado em julho de 2020 a junho de 2024. A liquidação dos valores teve início em setembro de 2024 e será realizada até agosto de 2025, classificado no passivo circulante.
- (c) Refere-se ao ressarcimento da apuração de energia do ano de suprimento compreendido entre de julho de 2024 a junho de 2025. O saldo registrado no passivo não circulante refere-se à geração inferior que será descontada ao final do quadriênio vigente, apurado conforme regras estabelecidas no contrato de energia. (Ver nota explicativa 1.3).

A seguir, a conciliação da movimentação patrimonial:

	<b>Apuração ano anterior</b>	<b>Apuração ano corrente</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>2.801</b>	<b>12.255</b>	<b>15.056</b>
Ressarcimento apurado no ano corrente	(12)	14.413	14.401
Pagamentos realizados	(6.496)	-	(6.496)
Transferências	11.096	(11.096)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>7.389</b>	<b>15.572</b>	<b>22.961</b>
Ressarcimento apurado no ano corrente	232	14.645	14.877
Pagamentos realizados	(15.628)	-	(15.628)
Transferências	24.484	(24.484)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>16.477</b>	<b>5.733</b>	<b>22.210</b>

## 14 Provisão para desmobilização

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Provisão para desmobilização de ativo	-	1.707
	-	1.707

A Companhia assumiu obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas ao arrendamento de terrenos onde está localizado o empreendimento eólico, devido ao fim do período de concessão. A provisão registrada foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, foi ajustada a valor presente. Os custos de desmobilização do ativo foram capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

Em 2024, a Companhia contratou especialistas para realizar novo laudo de desmobilização para revisão dos valores. Os valores de desmonte ou desmobilizado consideram para alguns equipamentos os valores dos resíduos metálicos comercializáveis, para outros com comercialização no mercado, consideram os valores residuais dos equipamentos, e os custos de desmobilização. Este trabalho resultou em um ganho na venda de peças e sucata superior aos custos para desmobilização em R\$ 1.997.

Dessa forma, a Companhia procedeu com a baixa do valor residual da provisão registrada no ativo imobilizado, no montante de R\$ 670 e a baixa do passivo não circulante provisionado total no montante de R\$ 1.707, registrados na demonstração de resultados como outras (despesas) receitas operacionais.

## **15 Patrimônio líquido**

### **a. Capital social**

Em 31 de dezembro de 2024 o capital social da Companhia é composto por 76.999.315 (2023: 60.499.315) ações que correspondem a R\$ 76.999 (2024: R\$ 60.499).

Confirmando o compromisso do acionista com a continuidade operacional da empresa, foram realizados aportes de capital durante o exercício de 2024.

Em 22 de março de 2024, conforme ATA de Assembleia Geral Extraordinária, a única acionista da Companhia deliberou o aumento do capital social em R\$ 1.600 mediante a emissão de 1.600 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O capital passou de R\$ 60.499 para R\$ 62.099. A integralização foi realizada com aporte em caixa.

Em 11 de abril de 2024, conforme ATA de Assembleia Geral Extraordinária, a única acionista da Companhia deliberou o aumento do capital social em R\$ 2.300 mediante a emissão de 2.300 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O capital passou de R\$ 62.099 para R\$ 64.399. A integralização foi realizada com aporte em caixa.

Em 28 de agosto de 2024, conforme ATA de Assembleia Geral Extraordinária, a única acionista da Companhia deliberou o aumento do capital social em R\$ 5.000 mediante a emissão de 5.000 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O capital passou de R\$ 64.399 para R\$ 69.399. A integralização foi realizada com aporte em caixa.

Em 23 de outubro de 2024, conforme ATA de Assembleia Geral Extraordinária, a única acionista da Companhia deliberou o aumento do capital social em R\$ 4.600 mediante a emissão de 4.600 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O capital passou de R\$ 69.399 para R\$ 73.999. A integralização foi realizada com aporte em caixa.

Em 23 de dezembro de 2024, conforme ATA de Assembleia Geral Extraordinária, a única acionista da Companhia deliberou o aumento do capital social em R\$ 3.000 mediante a emissão de 3.000 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O capital passou de R\$ 73.999 para R\$ 76.999. A integralização foi realizada com aporte em caixa.

### **b. Reserva legal**

É constituída à base de 5% do lucro líquido, antes de qualquer outra destinação, e limitada a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia apresenta prejuízos acumulados, não constituindo, portanto, tal reserva.

**c. Dividendo mínimo obrigatório**

Do lucro remanescente, após as deduções e destinações, será pago a título de dividendo mínimo obrigatório o valor equivalente a 25% (vinte e cinco por cento), facultado à Diretoria propor o não pagamento deste dividendo nos exercícios em que a situação de caixa da Companhia não for compatível com tal distribuição ou for requerida a manutenção de tais recursos para reinvestimentos nos negócios da Companhia.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia apresenta prejuízos acumulados, não efetuando, desta forma, distribuição de dividendos.

**16 Receita operacional líquida**

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Receita operacional bruta</b>		
Receita de energia gerada (a)	32.997	33.218
	<b>32.997</b>	<b>33.218</b>
<b>Deduções</b>		
Pis (b)	(544)	(216)
Cofins (b)	(2.508)	(997)
	<b>(3.052)</b>	<b>(1.213)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>29.945</b>	<b>32.005</b>

- a. Conforme mencionado na Nota 3.2, o valor registrado a título de Receita Operacional corresponde a energia gerada conforme Contrato de Energia de Reserva – CER, junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).
- b. No exercício de 2024, a Companhia mudou o regime de tributação para lucro real, mudando assim a apuração dos tributos indiretos para o regime não cumulativo, com as alíquotas de 1,65% e 7,6% para Pis e Cofins, respectivamente. Em 2023 a Companhia apurava os impostos pelo regime cumulativo, com as alíquotas de 0,65% e 3% para Pis e Cofins, respectivamente.

**17 Custo da energia produzida**

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Depreciação	(5.261)	(5.267)
Amortização servidão (intangível)	(50)	(50)
Depreciação de ativo de direito de uso	(359)	(510)
Encargos de uso do sistema de distribuição - CUSD	(9.747)	(9.345)
Custos regulatórios	(192)	(175)
Custos com pessoal (a)	(1.018)	(758)
Custos com manutenção (b)	(15.634)	(14.496)
Custos sócio ambiental	(259)	(489)
Custos com infraestrutura	(373)	(97)
Prêmios e seguros	(1.545)	(1.373)
Serviços de terceiros	(1.094)	(868)

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Custos de viagens	(7)	(14)
Custos gerais	(145)	(79)
Créditos tributários (c)	2.696	-
	<b>(32.988)</b>	<b>(33.521)</b>

- (a) A Companhia mantém contrato de compartilhamento de custos com pessoal, conforme descrito na nota 9.
- (b) Desde 2023 a Companhia vem realizando manutenções corretivas e preventivas em seus aerogeradores, visando a melhoria das máquinas.
- (c) Em 2024, a Companhia mudou a apuração dos impostos indiretos para o regime não cumulativo, realizando a tomada de créditos conforme legislação fiscal vigente.

## 18 Despesas gerais e administrativas

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Despesas tributárias (a)	(345)	(9)
Serviços de terceiros	(483)	(322)
Despesas com pessoal	(491)	(396)
Despesas com publicações	(19)	(19)
Depreciações	(22)	(30)
Despesa com infraestrutura	(32)	(33)
Prêmios e seguros	(8)	(9)
Despesas com manutenção	(11)	(15)
Despesas gerais	(50)	(58)
	<b>(1.461)</b>	<b>(891)</b>

- (a) Em 2024, a Companhia passou a tributar Pis e Cofins sobre as receitas financeiras, decorrente da mudança no regime tributário.

## 19 Outras (despesas) receitas operacionais

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Outras receitas operacionais</b>		
Venda de resíduos, sucata e créditos de carbono	8	26
Reversão de provisão para desmobilização	1.707	-
	<b>1.715</b>	<b>26</b>
<b>Outras despesas operacionais</b>		
Baixa de ativos imobilizados	(960)	-
Provisão para contingências	(23)	(21)
Baixa de impostos diferidos	(1.272)	-
Baixa de processos judiciais	(474)	-
	<b>(2.729)</b>	<b>(21)</b>

(1.014)

5

## 20 Resultado financeiro

	2024	2023
<b>Despesas financeiras</b>		
Despesas bancárias	(113)	(113)
IOF	(34)	(50)
Despesas financeiras com arrendamentos	(513)	(695)
Juros atualização provisão desmobilização	-	(77)
Juros pagos ou incorridos	(11)	(1)
Juros s/Empréstimos e Financiamentos	(2.767)	(3.108)
Outras despesas financeiras	(790)	(626)
	<b>(4.228)</b>	<b>(4.670)</b>
<b>Receitas financeiras</b>		
Outras receitas financeiras	4.631	4
Atualização depósitos judiciais	2.020	-
Rendimentos de aplicações financeiras (*)	2.742	2.714
	<b>9.393</b>	<b>2.718</b>
	<b>5.165</b>	<b>(1.952)</b>

(\*) Compreende os rendimentos de aplicações financeiras em caixas e equivalentes de caixa de R\$ 513 (2023: R\$ 95) e rendimento de aplicações em depósitos vinculados de R\$ 2.229 (2023: R\$ 2.619).

## 21 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

No exercício de 2024, a Companhia adotou o regime de apuração no lucro real.

	2024
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(353)
(+) Adições (temporárias e permanentes)	2.144
(-) Exclusões (temporárias e permanentes)	(6.571)
	<b>(4.780)</b>

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui saldos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados nos montantes de R\$ 4.780. Devido a incerteza de lucros futuros tributáveis, a Administração concluiu por não constituir o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre esses créditos fiscais.

Os impostos diferidos constantes nas demonstrações contábeis são calculados sobre os ajustes temporários de adições e exclusões ao lucro real. Esses ajustes são relacionados aos ajustes fiscais necessários pela adoção do CPC 06 - contratos de arrendamento:

	<b>2024</b>
Ajustes temporários, líquidos – Contrato de arrendamento	387
IRPJ – 15% e adicional 10%	73
CSLL – 9%	35
<b>Total impostos diferidos</b>	<b>108</b>
<hr/>	
<b>Total impostos diferidos – ativo circulante</b>	<b>108</b>

No exercício de 2023, a Companhia recolheu o imposto de renda e contribuição social com base na sistemática do lucro presumido, com apuração das receitas pelo regime de caixa. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e das despesas de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada abaixo:

<b>2023</b>	<b>IRPJ</b>	<b>CSLL</b>
Receita operacional bruta	41.000	41.000
Alíquota %	8%	12%
Lucro presumido	3.280	4.920
Outras receitas e receitas financeiras	2.706	2.706
Base de cálculo	5.986	7.626
Alíquota %	15%	9%
Imposto devido	898	686
Imposto adicional (IRPJ)	575	-
<b>Imposto corrente a recolher</b>	<b>1.473</b>	<b>686</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>24,6%</b>	<b>9%</b>
<b>Total imposto corrente</b>		<b>2.159</b>

No exercício de 2023, os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são provenientes das diferenças no reconhecimento das receitas para fins contábeis e fiscais, e foram registrados considerando a sua expectativa de realização. Com a mudança do regime tributário, a Companhia realizou a baixa dos ativos diferidos provisionados, no montante de 1.272, em outras (despesas) receitas operacionais (nota 19)

<b>2023</b>	<b>IRPJ</b>	<b>CSLL</b>
-------------	-------------	-------------

Ressarcimento de energia a pagar, líquidos - CCEE	(7.771)	(7.771)
Alíquota %	<u>8%</u>	<u>12%</u>
Lucro presumido	(622)	(933)
Outras receitas	<u>-</u>	<u>-</u>
Base de cálculo	(622)	(933)
Alíquota %	15%	9%
Imposto devido	(93)	(84)
Imposto adicional (IRPJ)	<u>(62)</u>	<u>-</u>
<b>Imposto diferido</b>	<b><u>(155)</u></b>	<b><u>(84)</u></b>
<b>Total imposto diferido</b>		<b><u>(239)</u></b>

## 22 Gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando a assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos, a aplicações financeiras e contas a receber. O contas a receber tem risco considerado baixo, considerando as características do contrato de energia firmado. (ver Nota Explicativa nº 1.3)

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo:

Em 31 de dezembro de 2024	VJR	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Valor justo nível 1
Caixa e equivalentes de caixa	-	3.084	-	-
Depósitos vinculados	24.168	-	-	24.168
Contas a receber de clientes	-	3.945	-	-
Fornecedores	-	-	6.507	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	72.116	72.116
Arrendamentos a pagar	-	-	4.902	4.902
Ressarcimento de energia a pagar	-	-	22.210	22.210
Em 31 de dezembro de 2023	VJR	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Valor justo nível 1
Caixa e equivalentes de caixa	-	1.934	-	-
Depósitos vinculados	22.360	-	-	22.360
Contas a receber de clientes	-	4.036	-	-
Fornecedores	-	-	2.663	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	79.631	79.631
Arrendamentos a pagar	-	-	7.764	7.764
Ressarcimento de energia a pagar	-	-	22.961	22.961

### Visão geral

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de juros; e
- Risco operacional.

### Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrente da falha deste em cumprir com suas obrigações contratuais. Os recebíveis tem risco considerado baixo, considerando as características do cliente da Companhia (CCEE).

#### (i) Instrumentos financeiros, depósitos em dinheiro e aplicações

O risco de crédito de saldos bancários é administrado pelo Departamento Financeiro da Companhia de acordo com a política preestabelecida pelo Conselho de Administração. Os recursos excedentes são investidos em aplicações financeiras de acordo com a avaliação da gerência responsável. Além do percentual de remuneração e do *rating* atual de cada banco, leva-se em consideração o montante de capital investido nesta por parte de cada banco ou instituição financeira.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia tem R\$ 3.084 (em 31 de dezembro de 2023, R\$ 1.934) em caixa e equivalentes de caixa. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui o saldo de R\$ 24.168 (em 31 de dezembro de 2023, R\$ 22.360) em depósitos vinculados a empréstimos e financiamentos.

### Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa contábeis contratados:

	A vencer em até 1 ano		A vencer acima de 1 ano		Totais	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Empréstimo BNDES	2.637	2.609	9.332	12.062	11.969	14.671
Empréstimo BNB	7.612	7.324	54.630	60.077	62.242	67.401
Ressarcimento de energia a pagar	17.315	10.458	4.895	12.503	22.210	22.961
Fornecedores	6.507	2.663	-	-	6.507	2.663
Arrendamentos a pagar	323	531	4.892	7.726	5.215	8.257

## **Risco de juros**

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas para travar o custo financeiro das operações.

### **Análise de sensibilidade**

No que se refere ao risco de elevação da taxa de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2024, a TJLP acumulada para os empréstimos e financiamentos será de 6,89% (7,05% em 31 de dezembro de 2023) e a rentabilidade acumulada nos fundos de investimentos de caixas e equivalentes de 10,78% (12,96% em 31 de dezembro de 2023), e nos fundos de investimentos de depósitos vinculados de 10,10% (11,84% em 31 de dezembro de 2023).

A Companhia realizou uma análise de sensibilidade dos efeitos nos cenários advindos de uma elevação ou baixa nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável projetado, não levando em consideração a incidência de tributos ou o fluxo de vencimento de cada contrato.

O saldo de caixa não está sendo considerado na análise de sensibilidade, visto que não há exposição a riscos de mercado e os montantes relacionados as dívidas apresentados não contemplam os saldos de custos de transação

	<b>Saldo 31/12/2024</b>	<b>Risco</b>	<b>Cenário (-50%)</b>	<b>Cenário (-25%)</b>	<b>Cenário Provável</b>	<b>Cenário (+25%)</b>	<b>Cenário (+50%)</b>
Saldo de aplicações financeiras (equivalente de caixa) – Fundo de investimento	2.993	Rendimentos em FI	3.137	3.226	3.316	3.405	3.494
<b>Efeito no resultado</b>			<b>(179)</b>	<b>(90)</b>	-	<b>89</b>	<b>178</b>
Saldo de aplicações financeiras (vinculadas) - Fundo de investimento	23.693	Rendimentos em FI	24.768	25.427	26.086	26.744	27.403
<b>Efeito no resultado</b>			<b>(1.318)</b>	<b>(659)</b>	-	<b>658</b>	<b>1.317</b>
Saldo de empréstimos e financiamentos BNDES	11.206	TJLP	11.565	11.771	11.978	12.184	12.390
<b>Efeito no resultado</b>			<b>(413)</b>	<b>(207)</b>	-	<b>206</b>	<b>412</b>

	<b>Saldo 31/12/2023</b>	<b>Risco</b>	<b>Cenário (-50%)</b>	<b>Cenário (-25%)</b>	<b>Cenário Provável</b>	<b>Cenário (+25%)</b>	<b>Cenário (+50%)</b>
Saldo de aplicações financeiras (equivalente de caixa) – Fundo de investimento	1.927	Rendimentos em FI	2.036	2.106	2.177	2.247	2.318
<b>Efeito no resultado</b>			<b>(141)</b>	<b>(71)</b>	-	<b>70</b>	<b>141</b>

Saldo de aplicações financeiras (vinculadas) - Fundo de investimento	22.360	Rendimentos em FI	23.527	24.268	25.008	25.748	26.488
<b>Efeito no resultado</b>			<b>(1.481)</b>	<b>(740)</b>	<b>-</b>	<b>740</b>	<b>1.480</b>
Saldo de empréstimos e financiamentos BNDES	13.695	TJLP	14.144	14.402	14.660	14.919	15.177
<b>Efeito no resultado</b>			<b>(516)</b>	<b>(258)</b>	<b>-</b>	<b>259</b>	<b>517</b>

A Companhia não operou com derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

### **Risco operacional**

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico.

A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais, incluindo contrato de seguros e manutenções periódicas dos ativos da operação.

## **23 Gestão do Capital**

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual da soma da dívida líquida com o patrimônio líquido. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos, subtraído do montante de outros investimentos, caixa e equivalentes de caixa.

Os índices de alavancagem financeira, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, podem ser assim sumarizados:

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Total de empréstimos e financiamentos bancários	72.116	79.631
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	(3.084)	(1.934)
Menos: Depósitos vinculados	(24.168)	(22.360)
Dívida líquida	44.864	55.337
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>53.547</b>	<b>37.292</b>
Índice de alavancagem em 31 de dezembro	<u>0,84</u>	<u>1,48</u>

## **24 Seguros**

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros contratados pela Companhia está demonstrada a seguir:

Riscos	Data vigência	Importância	Prêmio
Riscos Operacionais - Subestação e Usinas	01/08/2024 a 01/08/2025	378.114	1.574
Responsabilidade Civil Operacional	01/08/2024 a 01/08/2025	5.000	12
Responsabilidade Civil Geral para Administradores	18/06/2024 a 18/06/2025	25.000	13
Seguro Garantia CUSD	24/06/2024 a 25/06/2025	1.602	13
Seguro de vida em Grupo	19/02/2024 a 19/02/2025	124	1
Seguro contra incêndio predial (*)	30/09/2024 a 30/09/2025	300	-

(\*) Valor do prêmio inferior a 1

## 25 Contingências

A Companhia é parte em processos administrativos e judiciais, oriundos do curso normal de suas operações, esses processos envolvem assuntos de natureza tributária, ambiental e cível.

Com base nas informações e avaliação dos seus assessores jurídicos, a Companhia possui 2 (dois) processos de natureza cível e ambiental com probabilidade de perda provável e registrou provisão para contingências no valor de R\$ 279 (2023: R\$ 256) e 5 (cinco) processos de natureza cível e ambiental com probabilidade de perda possível, no montante de R\$ 10 (2023: R\$ 9.991).

Adicionalmente a Companhia possui depósitos judiciais registrados no ativo não circulante (Nota 8) no montante de R\$ 32.135 (2023: R\$ 22.046) relacionados a processos cíveis com probabilidade de perda remota.

\* \* \*

## Composição da Diretoria

Maiza Rodrigues Ponte Parente  
Diretora Financeiro-administrativa

Renato Melo Gomes  
Diretor Técnico

Kamila Stefani Galdino  
Contadora CRC-CE 021919/0-8